

# CRIAÇÕES



**CRIA**  
Centro em Rede  
de Investigação  
em Antropologia

# Pessoas



© Daniela Bevilacqua

**A PARTIR DE UMA ENTREVISTA DE  
DOUGLAS SANTOS DA SILVA  
(CRIA-ISCTE) A  
DANIELA BEVILACQUA (CRIA-ISCTE)**

DEZEMBRO 2023

# Daniela Bevilacqua

**A PARTIR DE UMA CONVERSA ENTRE  
DOUGLAS SANTOS DA SILVA (CRIA)  
E DANIELA BEVILACQUA (CRIA)**

É a partir deste cenário de entendimento e da agregação do que é ser uma pessoa trans na Índia, com foco no desenvolvimento contemporâneo que tem ocorrido no campo religioso, que iremos iniciar a entrevista com Daniela Bevilacqua.

## **Corpos transvestigéneres<sup>1</sup>, lei e religião no contexto indiano: Transgenders, Hijras e Kinnars Akhara**

Aos dezassete dias passados do mês de outubro de 2023, em Deli, uma grande movimentação de pessoas podia ser avistada em frente ao prédio da Suprema Corte de Justiça (SCJ) da Índia. Integrantes da comunidade *queer*, muitos formados por corpos sob a sigla LGBTQIAP++, além de pessoas *hijras*, somavam e entoavam suas vozes à espera de uma resposta junto à cúpula de juristas que deliberariam uma “possível” resposta favorável ao casamento igualitário para pessoas do mesmo sexo. No dia anterior, recebi mensagens directas, via Instagram, de pessoas da cena *queer* de Deli, que havia conhecido há uma semana, durante um evento de angariação de fundos para a *Delhi Queer Pride 2023*. As mensagens eram convites para acompanhar a decisão da SCJ via *streaming* ou para acompanhar diretamente no local, onde somaria também a minha voz.

O veredicto da Suprema Corte de Justiça Indiana não foi favorável, tendo apenas dois dos cinco votos magistrais a favor da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Todavia, mesmo tendo sido negada a atualização do *The Special Marriage Act (SMA)* de 1954, lei que instaurou a permissão do casamento entre pessoas de religiões e castas diferentes, e que agora sofreria uma alteração para

abrigar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o juiz da Suprema Corte Indiana Dhananjaya Yeshwant Chandrachud, que votou a favor da legalização, justificou seu veredicto na SC com o discurso de que “*the gender of a person is not the same of their sexuality. Homosexuality or queerness is not solely an urban concept nor is it restricted to the upper classes of privileged communities*”. O discurso acabou por provocar maior expectativa, para a comunidade *queer*, e ódio, por parte dos conservadores.

**“Integrantes da comunidade *queer*, muitos formados por corpos sob a sigla LGBTQIAP++, além de pessoas *hijras*, somavam e entoavam suas vozes à espera de uma resposta junto à cúpula de juristas que deliberariam uma “possível” resposta favorável ao casamento igualitário para pessoas do mesmo sexo.”**

O entendimento da Corte de Justiça sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo negou não apenas

<sup>1</sup> Nota de leitura: O presente artigo encontra-se redigido em formato de entrevista, respeitando a experiência e o conhecimento do autor e da entrevistada ao descrever os termos relativos à identificação de uma pessoa transvestigénera ou transgénera. Por opção do autor, as utilizações desses termos também compreendem suas epistemologias e referência geográfica de origem sobre o tema, evidenciando a importância do debate como seguirá no decorrer do texto.

o casamento enquanto instituição legal, mas todos os demais direitos solicitados pelo *Special Marriage (Amendment) Bill 2022*. Dentre eles, a alteração do termo marido e mulher, que passaria a ser *spouses*, o direito à inclusão dos *spouses* nos seguros de vida e de morte, direcionando às pessoas amadas “recompensas” decorrentes de doenças e falecimentos, e o tópico mais debatido entre a sociedade conservadora indiana: a adoção de crianças. Esses direitos foram solicitados através do *Special Marriage (Amendment) Bill, 2022*. O projeto de lei foi redigido e entregue ao SCJ através do pedido de Supriya Sule, parlamentar do *Lok Sabha*, o parlamento indiano ou *House of the People*.

Todavia, a comunidade LGBTQIAP++ e *Queer* toma o entendimento da Corte de Justiça como um alento para as futuras negociações entre o parlamento e a sociedade. Ao mesmo tempo em que nega a alteração feita pelo *Chief Justice of India* (CJI), o jurista chama a atenção para outra realidade bastante conhecida em Índia ao reconhecer que “*Transgender person in heterosexual relationships have the right to marry under existing law*”. Ou seja, um casal composto por uma mulher trans ou um homem trans que se relacione com uma pessoa de identidade de gênero oposta à sua.

O resultado que reconhece o direito de pessoas trans em casamento, ao mesmo tempo volta a normatizar gênero e sexualidade num sistema

binário e performático de gênero. Segundo Jack Halberstam:

*“the categories we use to understand the dynamic relations between and among pleasure, identification, social recognition, reproduction, and libidinal urges, not to mention parenthood, ability, national identity, age, and privacy, shift and change relatively quickly, and they do so under pressure from new forms of activism that pay careful attention to what we call ourselves, how we label others, and what falls into the domain of self-naming or slips into the dangerous territory of hate speech.” (HALBERSTAM, 2018:12).*

Debates em torno da identificação de gênero entre pessoas que se reconhecem como transvestigêneres<sup>2</sup> na sociedade indiana criam divisões entre a comunidade. Para Jack Halberstam (2018), o termo *transgender* foi criado, na língua inglesa, há pouco tempo para tentar albergar as muitas formas de transexualidade que inclui pessoas transexuais sem operação, ou que estejam sem o uso de hormonas. A disputa semântica conceitual, como pode ser notada em outros contextos do Sul Global (VIEIRA JÚNIOR, 2021), acaba por interseccionar com as experiências de vida e, no caso indiano, com a religião. Pessoas que se identificam como *transgenders*, principalmente as mulheres trans, podem ter em suas narrativas temas como trabalho sexual e a busca por uma não afiliação ao religioso.

2 Utilizo o termo que foi criado por Indianarae, travesti, ativista e política brasileira, para incluir e diferenciar as identidades travesti, transexual, transgênero e agênero. O uso de um termo cunhado no Sul Global tem por intenção a fuga da terminologia “transgender”, esta que não diferencia as subjetividades, contextos e culturas onde há multiplicidade de identidades de gênero.

**“O termo *hijra* desde há muitos séculos é utilizado como forma de identificação por pessoas transgéneres indianas, de acordo com a cultura local.”**

Entretanto, o termo *hijra* desde muitos séculos é utilizado como forma de identificação por pessoas transvestigéneres indianas, de acordo com a cultura local. O termo *hijra*, assim como as pessoas *hijras*, passou a ser endereçado como forma pejorativa nas últimas décadas (desde o império colonial britânico). As *hijras* possuem um papel importante na cultura Hindu, sendo elas responsáveis por abençoar e trazer bons agouros para uma criança recém-nascida e sua família (NANDA, 1990). Ainda pode-se ver na sociedade indiana a utilização do termo *hijra* sendo adotado como forma política de rutura tal qual proposto pela teoria *queer* (BUTLER, 2003).

É a partir deste cenário de entendimento e da agregação do que é ser uma pessoa trans em Índia, com foco no desenvolvimento contemporâneo que tem ocorrido no campo religioso, que iremos iniciar a entrevista com Daniela Bevilacqua. Antropóloga e investigadora associada ao CRIA, possui o doutoramento em Civilizações de África e Ásia pela Sapienza University of Rome e em Antropologia pela University of Paris Nanterre. Daniela trabalhou como post-doc Research fellow na SOAS e, atualmente, possui o projeto de investigação financiado pela FCT intitulado *Performing the Sacred: Ethnographies of Transgender Activism in the Kinnar Akhara*. A investigação aborda as Kinnar Akhara, uma organização religiosa de pessoas transvestigéneres, na qual pessoas que eram conhecidas como *hijras* subvertem o significado do termo preconceituoso e assumem o termo *kinnar* para devolverem às "*hijras*" seu lugar de semideusas atreladas às passagens sagradas e míticas do hinduísmo.

**Douglas Santos da Silva: A transgeneridade é uma realidade que remonta séculos de existência no contexto indiano, para não falarmos em milénios. Qual é a história da presença desses corpos?**

**Daniela Bevilacqua:** É muito difícil reconstruir uma história dos corpos «transgéneros» antes da era colonial, quando foram «criminalizados» pelos Britânicos. No entanto, ao examinarmos fontes textuais e visuais, fica claro que havia uma compreensão e reconhecimento de diversas pessoas não conformes com o género, mencionadas como pessoas de terceiro sexo. Curiosamente, o autor do *Kamasutra* fala sobre pessoas de terceiro sexo, reconhecendo dois tipos de pessoas, aquelas na forma de mulher e na forma de homem. No século V, o jainismo já distinguia entre sexo biológico, género e sexualidade psicológicos. No entanto, em geral, é muito difícil saber qual era a situação social das pessoas do "terceiro género" naquela época. Deve-se verificar o status confrontando diferentes fontes textuais, como os *Dharmashastra*, para ter uma ideia das normas ideais de conduta para a sociedade.

O que podemos afirmar é que, do ponto de vista religioso, especialmente no hinduísmo, a mudança de um género para outro não é algo incomum, pois existem diferentes exemplos de divindades hindus mudando seu género: não é raro ouvir histórias de divindades que mudam de género para resolver "questões mundanas". Basta lembrar a forma de *Shiva Ardhanareshwara*, que é Shiva como metade homem e metade mulher, que é usada hoje pela

*Kinnara Akhara* ou, em geral, pelas comunidades transgêneras leigas hindus, como uma espécie de divindade de referência. Além disso, há diferentes histórias presentes nas mitologias, especialmente no *Ramayana* e no *Mahabharata*, que são usadas para justificar práticas religiosas *hijra*. Por exemplo, no *Mahabharata*, *Arjuna* é dito ter passado um ano como mulher e que costumava dançar e participar de celebrações para recém-nascidos, bênçãos etc. No entanto, parece que não temos evidências históricas dessas comunidades – ou pelo menos uma investigação histórica (?) adequada ainda está pendente – antes do período do domínio britânico. Durante o Império Britânico, censos agruparam diferentes comunidades sob o termo guarda-chuva *hijra*, reunindo diferentes comunidades (provavelmente religiosas) organizadas em torno de identidades de mudança de gênero: se olharmos para o sul da Ásia de um ponto de vista mais local, existem várias comunidades de pessoas não conformes com o gênero, não apenas *hijras*. Existem *Jogappas*, *Arvanis*, *Kwaja sara* etc. Portanto, a realidade dessas comunidades no terreno é muito mais diferenciada, e, claro, provavelmente era assim no passado.

Sabemos que, durante o período colonial, as pessoas pertencentes a essas comunidades foram perseguidas porque eram consideradas homens vestindo roupas de mulher agindo de maneiras incomuns e ofensivas nas ruas. Certamente, elas não correspondiam ao ideal de

modéstia vitoriana. Eventualmente, foram reconhecidas como tribos criminosas. Isso empurrou as *hijras* para as margens e não está claro se a organização que encontramos hoje, estruturada em torno de casas, é resultado dessa guetização ou de uma estrutura anterior. Claramente, essa marginalização levou à estigmatização, a duras condições econômicas que levaram os membros das comunidades *hijra* a se envolverem em trabalho sexual, transformando uma antiga posição social-religiosa em uma figura denegrada, a ponto de o termo *hijra* ser usado como um insulto hoje.

Todavia, as tradições *hijra* representam um mosaico muito complexo de diferentes crenças e práticas religiosas, construídas sobre a linhagem guru-discípulo, que também é uma linhagem de transmissão de conhecimento. Entrar nessas comunidades tradicionais não conformes com o gênero muitas vezes requer uma iniciação e a observância de regras e treinamentos que visam transformar e capacitar o corpo da *hijra*, que se torna uma concedente de fertilidade, bem-estar ou, no caso de oposição, maldições e mau-olhado. Mas, como mencionado, existem diferentes grupos com diferentes caminhos religiosos ou de vida, além de também existir hoje o caminho aberto pela *Kinnar Akhara*.

**DSS: Em seu artigo *From the Margins to Demigods: The Establishment of the Kinnar Akhara in India* (2022) é mencionado o termo “saffronization” para a**



**“A comunidade queer, LGBTQIAP++, pessoas transgéneras, as Kinnars Akhara e todas as mais diversas identidades de género e sexualidade fluídas do contexto indiano estão a movimentar-se para buscar a equiparação de direitos matrimoniais e legais.”**



## **aceitação das *Kinnar Akhara* junto ao crescimento do nacionalismo indiano. Qual a posição da Laxmi Tripharthy e das *Kinnars* em relação a este tema?**

**Daniela Bevilacqua:** No artigo que você mencionou, abordo a safronização (*safronization*), mas principalmente falo sobre a sanscritização da tradição *hijra*, que é uma característica mais evidente da *Kinnara Akhara*, pois eles estão adotando elementos relacionados ao hinduísmo, ou seja, à cultura sânscrita, acrescentando práticas adicionais e cerimônias bramânicas para se aproximar de grupos "ortodoxos", embora mantenham e reivindiquem sua própria identidade. Essa sanscritização, que se manifesta de várias maneiras, é o cerne da nova abordagem religiosa e da nova identidade religiosa que as *kinnars* criaram.

Falar sobre safronização é mais complicado porque, por um lado, o fato de que sua identidade seja uma identidade hindu significa, por outro lado, que elas queiram se distanciar de todos os aspetos islâmicos presentes nas tradições *hijra*. Isso poderia ser avaliado como uma safronização da tradição *hijra*, mas essa palavra é muito forte para mim, porque significa uma adesão clara às ideias e abordagens da *saffron wave*, ou seja, todas as organizações que baseiam sua identidade no *Hindutva*, o que, segundo eu, não é o caso da *Kinnara Akhara*. Certamente, algumas declarações feitas por Lakshmi Narayan Tripathi, uma das principais líderes da *Kinnara Akhara*, causaram sensação, pois tinham tons radicais. Mas penso que é muito mais complexo, pois

parece que o que a *Kinnara Akhara* está fazendo é usar a religião para alcançar seus próprios objetivos, que basicamente são o reconhecimento e um lugar na tradição hindu, no mundo ortodoxo dos grupos ascéticos/religiosos hindus e, também, o reconhecimento e o respeito pelas pessoas transgênero na sociedade civil. Em menos de 10 anos, conseguiram o reconhecimento religioso e obtiveram o apoio das pessoas e o respeito do público em geral, especialmente em festivais religiosos.

Esse uso da religião, é claro, está em consonância com a política do governo central, representado pelo partido do governo *Bharatiya Janata Party* (BJP), que é um partido político de direita hindu. No entanto, ao contrário dos grupos açafrao, a abordagem das *Kinnars* ainda é inclusiva e, apesar de algumas declarações pontuais feitas por Laxmi, elas mostram muito mais respeito em relação ao Islã ou às *hijras* muçulmanas. Além disso, devemos lembrar que Laxmi não é a *Kinnara Akhara*, pois existem vários líderes e nem todos são apoiadores do BJP. Por exemplo, outra líder, Bhavani Ma, concorreu a uma eleição política com o *Aam Admi Party* em Allahabad, não com o BJP, e outro líder é claramente um apoiador do Congresso e especialmente de Rahul Gandhi. Portanto, o *Aam Admi Party* e o Congresso não estão relacionados à onda açafrao, e mesmo Laxmi, que é apoiadora do BJP, declarou que seguirá o partido político que ajudar sua comunidade. Portanto, é uma situação muito complexa, estritamente relacionada à identidade, aos direitos e à marginalização, e à maneira como algumas comunidades

marginalizadas desafiam essa marginalização com as ferramentas disponíveis. Neste caso, usando a religião e ao mesmo tempo lutando por direitos legais.

**DSS: Você acredita que há uma separação coletiva entre as *Kinnar Akhara* e a comunidade *queer* ou LGBTQIAP++ indiana?**

**Daniela Bevilacqua:** É muito difícil dizer, pois, em primeiro lugar, a Índia é um subcontinente e há muitas comunidades e organizações LGBTQIA++. De acordo com o meu conhecimento, existem muitas comunidades que apoiam a *Kinnar Akhara* e, às vezes, „exploram“ a fama de Laxmi para incluí-la em seus eventos. Além disso, alguns líderes da *Kinnar Akhara* são muito ativos do ponto de vista social, vários gerenciam ou criaram ONGs e são ativistas fervorosos. Assim, uma pessoa pode desempenhar várias funções dentro do que considera-se comunidade *queer* ou LGBTQIAP++. Mas, obviamente, também existem comunidades que não apoiam a abordagem da *Kinnara Akhara*, pois é uma abordagem religiosa que coloca as pessoas transgêneras na categoria de semideuses! Para aqueles que estão lutando para serem reconhecidos como parte da sociedade, ser novamente classificado em uma categoria quase divina é contraproducente. Penso que é uma situação muito matizada com comunidades LGBTQIAP++ que podem ter abordagens muito diferentes em relação à religião. Acredito que também depende do contexto e, como há vários líderes da *Kinnara Akhara*, isso complica ainda mais a relação com as outras comunidades.

////////////////////////////////////

A comunidade *queer*, LGBTQIAP++, pessoas transvestigêneras, as *Kinnars Akhara* e todas as mais diversas identidades de gênero e sexualidade fluídas do contexto indiano estão a movimentar-se para buscar a equiparação de direitos matrimoniais e legais. Tal como os debates em torno da descriminalização da homossexualidade, que só foi aprovada em 2018 após uma terceira ronda de debates no SCJ, ativistas e membros das comunidades anseiam para que o processo se assemelhe ao anterior. Enquanto isso, os debates em torno das identidades de gênero sugerem-nos uma multiplicidade de identificações que não se limitam apenas às construções e normatizações anglofônicas.

**Referências Bibliográficas**

Bevilacqua, Daniela. 2022. From the Margins to Demigods: The Establishment of the Kinnar Akhara in India, v. 81, n. 1&2, p. 53 – 82.

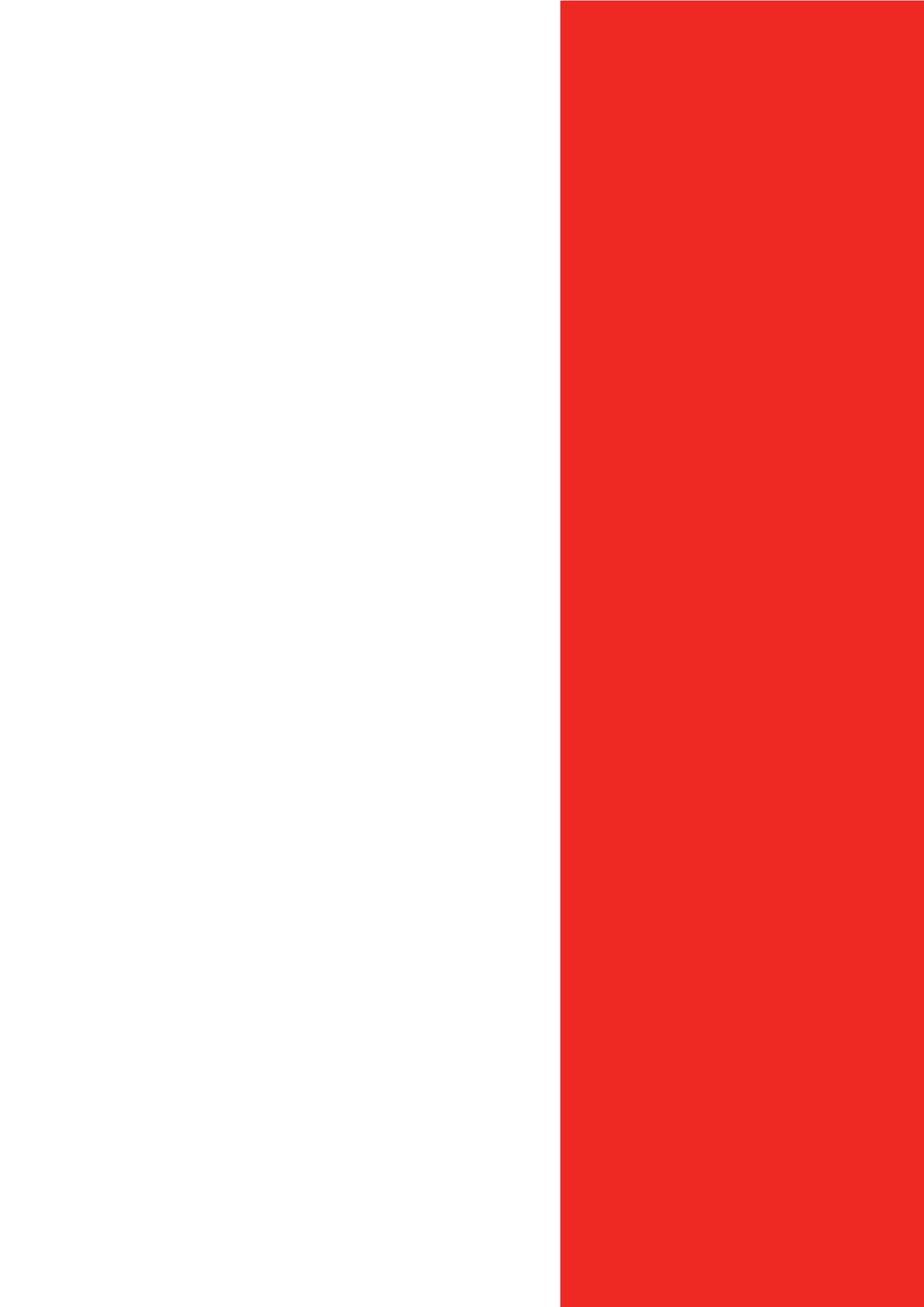
Butler, Judith. 2003. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Halberstam, Jack. 2018. Trans\*: a quick and quirky account of gender variability. California: University of California Press.

Nanda, Serena. 1990. Neither Man nor Woman: The Hijras of India. Belmont: Wadsworth.

Vieira Junior, Luiz Augusto Mugnai. 2021. A experiência trans: uma disputa semântica nas mídias digitais. Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, v. 7, p. 78-103.







CRIAÇÕES É UMA PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO DE CIÊNCIA DO CRIA E CONTA COM A COLABORAÇÃO DE DOUGLAS SANTOS, EDUARDA ROVISCO, MAFALDA MELO SOUSA, VANESSA IGLÉSIAS AMORIM E VERA AZEVEDO.

DESIGN: MARIANA CAMACHO